

Representações dos populares nas revistas ilustradas

Guilherme Mendes Tenório
Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: Esta comunicação é uma análise sucinta das representações das camadas populares vinculadas nas charges publicadas pela revista *O Malho* entre 1902 e 1910, destacando as charges como mediadoras para a construção de uma memória da Primeira República.

Palavras-chave: humor, memória, cidadania.

ABSTRACT: This issue analyses the comic popular groups representations in the *Malho* magazine, pointing the relation between visual humour and the Brazilian Republics memories.

Key-Words: humour, memories, citizenship.

Neste texto, faço algumas observações preliminares sobre as representações dos “populares” nas revistas ilustradas que circularam pelo Rio de Janeiro no início do século XX. Para tanto, escolhi algumas charges e outros textos publicados n’*O Malho* e outras revistas, entre 1902 e 1910.

Este é o tema desenvolvido no primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado intitulada “Zé Povo cidadão: Humor e Política nas páginas d’*O Malho*”, cujo objetivo é analisar a abordagem da cidadania nas charges publicadas por aquele órgão, que circulou entre 1902 e 1954.

Na experiência como Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tive o primeiro contato com essa revista. Naquele momento, a problemática passava pelas relações entre o telégrafo e a imprensa no Rio de Janeiro na passagem dos noventa para o século passado, tendo por perspectiva as práticas sociais e culturais através das quais os sujeitos históricos vivenciam as alterações na técnica e na tecnologia.

No processo de Seleção para o Mestrado de 2006, retomei a revista *O Malho* na busca de indícios sobre a presença do Estado de Pernambuco na imprensa carioca, sempre tendo como referencial cronológico o início do século XX. O que pretendia era desvendar as maneiras pelas quais a imprensa construiu uma relação entre as duas cidades, atentando mais

para os sujeitos envolvidos no processo do que para os aperfeiçoamentos na tecnologia da comunicação.

Há dois anos, buscava na revista outras referências acerca das aproximações entre Recife e Rio de Janeiro por meio da imprensa. Chamara-me atenção o conteúdo político de algumas charges que satirizavam os políticos daquele Estado do Nordeste, o que praticamente condicionou uma virada nas preocupações da minha pesquisa em direção às representações do regime republicano. Mas esta não foi a única motivação para a mudança de temática: é preciso aditar o momento político por que o país passava no ano de 2006.

Frente a inúmeras denúncias de corrupção, o governo de Luís Inácio Lula da Silva teve sua confiança abalada. Pelo menos, era essa a representação com que uma parcela da mídia e os partidos políticos alinhados à extrema esquerda, em que pesem os objetivos diferentes, conferiam sentido ao fato de que um partido até então pautado pela ética estava num mar de lama. Tais representações reverteram-se em ações, como, por exemplo, a campanha em favor da anulação do voto.

Neste sentido, o problema da investigação passou a ser a mídia enquanto prática social e cultural cuja pretensão é legitimar uma dada forma de enxergar a realidade. No caso das revistas ilustradas do início do século XX, as charges contribuem também para consolidar uma memória da Primeira República.

Observando a recorrência de charges nos livros didáticos de História publicados recentemente, é notável como as representações humorísticas têm sido utilizadas para ilustrar práticas como o voto de cabresto e o coronelismo, reafirmando a premissa comum de que a nascente República obstaculizara a participação popular. Quando muito, é dado um grande destaque ao movimento operário ou as expressões políticas do “povo” são enfocadas de forma pontual, tal como acontece com a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910).

Tal leitura dialoga com algumas interpretações construídas acerca dos primórdios da República brasileira. A mais comentada delas é a do cientista político José Murilo de Carvalho no livro *Os Bestializados*. Pautado pela divisão entre cidadania ativa e cidadania passiva, e baseado em dados como a participação nos pleitos eleitorais, José Murilo defende a tese da parca politização do povo carioca no início do século XX, descambando para a conclusão de que a República não lograra seu intento de fomentar a cidadania.

O professor da UFRJ está acompanhado de uma série de outros autores que interpretaram o processo político de nosso país. Entre eles, encontramos o antropólogo Roberto da Matta, para quem a nossa apreensão do social estaria marcada pelo

patrimonialismo e pessoalismo, resumidos naquela famosa sentença: “para os amigos tudo, para os inimigos a lei”.

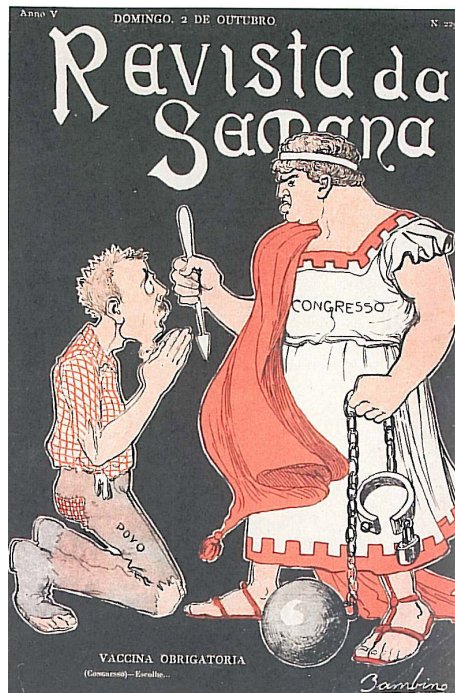
O problema de tal perspectiva é que presume a inexistência de práticas como a luta por direitos e o debates de idéias, pressupondo a inexistência de condições para a consolidação da democracia formal e da cidadania. Por muito tempo, este foi o mote que respaldou muitas das tentativas de interpretação da realidade brasileira, corroborando determinada memória de nossa história política e porque não de nossa cultura política.

Ao nos voltarmos para o campo da historiografia das revistas ilustradas, temos algumas leituras que seguem pelo viés descrito acima. Estou me referindo ao artigo de Luis Guilherme Sodré Teixeira acerca da História da charge no Rio de Janeiro entre 1860 e 1930, no qual o autor pontua o seguinte sobre a personagem Zé Povo numa comparação com o Jeca Tatu de Monteiro Lobato: “Ambos têm postura passiva diante do real, são observadores de “fora” que sofrem com atos e atitudes alheias, nenhum deles é, plenamente, sujeito diante de si próprio e de seus destinos”. (TEIXEIRA, 2001: 26).

Da mesma forma, o livro de Marcos A. Silva (1990) que tem como tema a *Caricata República* começa por destacar a negatividade de Zé Povo, chegando a afirmar que tal personagem seria o símbolo do ressentimento popular por não ser como a elite cultural que se estabeleceu na confluência do processo de reforma urbana do Rio de Janeiro liderado por Pereira Passos.

Por outro lado, as investigações de Marcos Silva nos elucidam sobre as flutuações e deslocamentos de significado que o personagem conheceu ao longo dos anos na revista *Fon-Fon!*. Essas alterações têm relação com a ambigüidade da linguagem humorística, característica que não pode ser suprimida de uma análise histórica das charges.

Ao observamos algumas charges publicadas na primeira década do século XX, poderíamos aferir a precisão dos dois autores acima citados. Eis um caso da capa da Revista da Semana, semanário ilustrado que era complemento do *Jornal do Brasil*, circulando aos sábados. A charge “retrata” desta maneira a instituição da lei de vacinação obrigatória.



No primeiro plano, encontramos as duas personagens principais: O “povo”, ajoelhado em clemência diante do “Congresso”, que segura uma lança e está trajado à maneira clássica. A escolha de tais signos imagéticos teria a intenção de vitimizar a população diante dos desmandos do governo, aqui representado pelo poder Legislativo. Ademais, a historiadora Marialva Barbosa (2000) nos aponta as formas pelas quais o *Jornal do Brasil* construiu para si a “fama” de periódico popular, sempre próximo dos interesses da população desfavorecida.

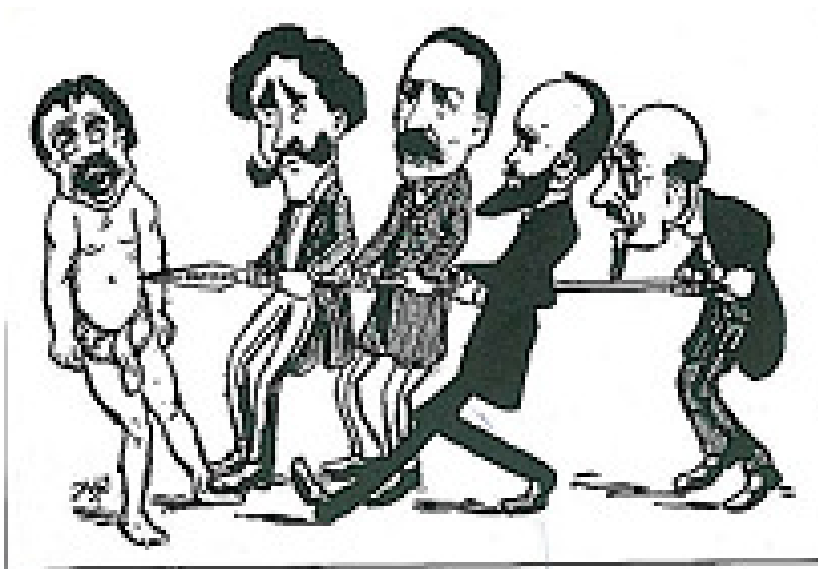
Conforme o apontado sobre a ambigüidade do humor, ainda é possível outra leitura da representação do Legislativo na charge. A escolha por elementos como a veste romana, a lança e a corrente sintetizam o viés crítico através qual eram encaradas as ações do poder republicano. Da mesma forma, o tamanho das duas figuras e sua postura corporal são recursos imagéticos que reforçam o contraste entre a “pequenez” do povo e o “ditador” Congresso, desnudando tanto a incapacidade de reação popular como o caráter discricionário da lei que instituiu a lei da vacinação obrigatória.

Em algumas das charges publicadas pel’*O Malho* no contexto da Revolta da Vacina, teríamos não só a recorrência ao tema do povo impotente diante da política como a representação de sua intervenção naquele estado de coisas. Na primeira delas, vemos Zé Povo tendo suas vestimentas usurpadas por um grupo de políticos e figuras públicas, entre os quais podemos identificar as caricaturas de Oswaldo Cruz, médico-sanitarista responsável pela campanha de reforma sanitária do Rio de Janeiro.

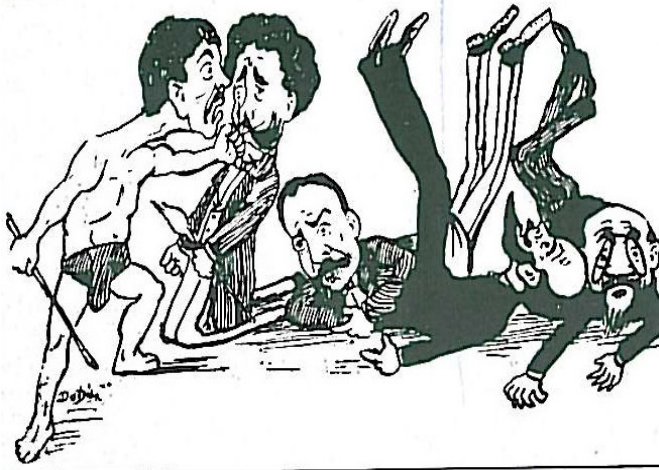


A imagem foi construída em dois planos. Na frente, “Zé” é consolado pelas figuras do ministro J. J Seabra e de Rodrigues Alves, cuja face traz um sorriso. Estes parecem dizer ao Zé que tudo aquilo era para seu bem, afinal a cidade seria reformada e higienizada. Ao fundo, Oswaldo Cruz e outros dirigem o seu olhar para a conversa ao passo que vão saindo da cena com as roupas de Zé.

No conjunto de duas charges publicadas em 1904 pel’*O Malho*, rompe-se com a representação do povo vitimizado. É preciso, porém, atentar para o caráter ambíguo de tais imagens, principalmente no que se refere à imagem construída para esse povo e sua reação, a Revolta da Vacina.



Acima, os políticos avançam para cima de “Zé” com a lança da vacinação, chamando atenção a face temerosa de Oswaldo Cruz e o semblante de revolta no rosto do personagem popular. Também é passível de nota o contraste entre os trajés elegantes dos homens públicos e a tanga de “Zé”, funcionando as roupas como distinção entre a “barbárie” e a “civilidade”, como se ao ato de vacinação fosse atribuído um sinal positivo, na medida em que este traria a modernidade para um povo “inculto” cuja miséria o aproximaria dos “selvagens” de tanga.



Aqui a reação popular é representada como um ato de revide violento ante a imposição arbitrária da vacinação obrigatória. Neste sentido, poderíamos tomar a perspectiva de análise de Marcos Silva segundo a qual era comum as práticas políticas republicanas serem focadas sob a ótica da violência, seja aquela praticada pelos populares seja aquela dos governantes e das forças públicas. Deste modo, o humor acaba por deslegitimar a reação popular, igualada a um ato de brutalidade em contrapelo àquele praticado pelo governo, vide a identificação entre a lança e a vacina.

A delimitação de tais significados não é simples. Não somente por conta da ambigüidade do humor, mas também pela postura assumida pel' O Malho ante o processo de reforma urbana do Rio de Janeiro, como temos observado nas charges e outros gêneros que circulavam na revista. Seguindo as referências de Herman Lima (1962) para a *História da Caricatura no Brasil*, teríamos que aquele periódico tinha como a característica a constante intervenção de Luís Bartolomeu de Souza e Silva no trabalho dos artistas, enquadrando as charges aos ideais nos quais acreditava.

Na trajetória social de Luís Bartolomeu, temos a passagem pela Escola Militar da Praia Vermelha, o ingresso no Batalhão dos Jovens Republicanos e a panfletagem jornalística contra posturas do governo republicano, como alguns artigos cuja crítica ao tratamento dado aos presos políticos da Revolta da Armada o levaram à prisão em 1893.

Conforme as ponderações de Celso Castro (2000), a Escola Militar da Praia Vermelha foi um foco das idéias republicanas associadas ao positivismo no fim do Império. Já com a eleição do civil Prudente de Moraes para a Presidência da República, os militares se juntam a setores das classes médias urbanas para fazer oposição aos governos instituídos desde então, embora alguns historiadores afirmem que o início do século XX vai assistir ao declínio dos movimentos contestatórios de teor jacobino.

Sobre a ideologia dos jacobinos, a historiadora Suely Dobles Reis de Queiroz (1986), aponta para sua penetração no meio militar, favorecendo uma apropriação positivista das idéias do filósofo francês Jean Jacques Rousseau através de uma combinação entre a defesa da soberania popular e da ditadura republicana a la Augusto Comte.

Na charge publicada quando do terceiro aniversário da revista *O Malho*, o diálogo que acompanha a imagem traz uma referência explícita ao imaginário dos jacobinos brasileiros:

Zé Povo: Malho! Venho felicitar-te pelo teu aniversário. Trago-te as flores de rethorica nascidas em meu coração. Aceita-as e aceita este bouquet de flora política, que viceja no palco do meu teatro....Viva O Malho!

O Malho: Agradeço de coração as tuas felicitações, e em nome do meu pessoal e da minha Marinoni, não posso deixar de agradecer, também, o esplêndido bouquet, que tanto me dá e te dá no gotto!

Viva o soberano das democracias! Viva O Zé Povo!

Vivôôô!¹

Ao confrontarmos este diálogo com o artigo “Pleito Eleitoral – Ao povo”, que ocupava uma página inteira do número de 20 de Janeiro de 1906, vemos reforçada e até apoiada a participação popular no contexto da eleição para as duas casas do Poder Legislativo:

Não, povo!

Trata, quanto antes, de eleger representantes que sejam dignos de teu mandato.

Entre os nomes que se te apresentam, escolhe dos honrados e capazes.

É impossível que teu civismo não seja coroado de triumpho e que a imbecilidade, a fanfarronice, a malandragem, a sagacidade e o cinismo tripudiem sobre o teu esforço patriótico para sanar a República.

²

Trata-se, pois, de um novo deslocamento de significado. Se nas charges analisadas páginas acima o povo é assinalado como impotente contra os males causados pelo governo para depois ter sua reação assimilada à violência, as duas passagens citadas respondem à intenção de legitimar determinada forma de participação política em detrimento de outras.

Portanto, expressões como “civismo” e “esforço patriótico para sanar a República” estão a indicar um comprometimento político alinhado ao imaginário da ordem e civilidade, calcado na idéia de patriotismo.

¹ O Malho, “Mais um ano”, n.107. 16/09/1905.

² O Malho, “Pleito Eleitoral – Ao povo”, n.175. 20/01/1906

Esta discussão sobre o significado das charges não pode omitir a questão da recepção e do público-leitor d'*O Malho*. Isto porque as investigações historiográficas acerca da imprensa do início do século passado, a começar pela obra pioneira de Nelson Werneck Sodré (1999), ressaltam a transformação da imprensa artesanal dos Novecentos em grandes empresas na busca por ampliação de seu público leitor.

Assim como aconteceu em outras publicações da época, *O Malho* também procurou identificar-se com o leitor de várias formas. No número que comemorava o terceiro aniversário da revista, a secção “Chronica” salientava a relação da revista com o seu público:

*Foi isto que deu ao Malho, desde o seu primeiro número, a sympathia do publico. Depois, com o correr dos tempos, essa sympathia ainda mais se estreitou: o jornal e o publico se ligaram, confabularam intimamente, trocaram idéias, fundiram-se em sentimento, de modo que o Malho passou a ser jornal em cujas paginas elle encontra o que pensa, o que sente, o que quer, o que aspira, o que aplaude, o que condemna.*³

Desta forma é que a revista explica o seu sucesso: por expressar o sentimento do público, acabava por confundir-se com ele. A guisa de comparação, o *Jornal do Brasil*, através da secção “Queixas do Povo”, também construía sua auto-representação como defensora dos oprimidos.¹ Acontece que os leitores d'*O Malho* tinham uma presença menos referida à política do que aqueles do periódico, podendo ser localizados em secções como “Caixa d’O Malho”, “Postaes Masculinos” e “Postaes Femininos”.

Na primeira delas, eram respondidas às cartas enviadas para a redação, principalmente aquelas de leitores que pretendiam a publicação de seus poemas, músicas ou desenhos na revista. Os “Postaes” eram pequenos pensamentos enviados pelos leitores de ambos os sexos. As duas secções, porém, não oferecem maiores indicações no tocante a apropriação da crítica política promovida pela revista através das charges.

Uma pista para apreendermos a recepção das charges está no artigo de Monteiro Lobato (1964) contido no livro *Idéias de Jeca Tatu*. Ao final do texto, o escritor paulista destaca o sucesso d'*O Malho* e o explica pelo fato de que a simplicidade dos desenhos agradaria à falta de padrões estéticos por parte do “poviléu”. Esta também é a tese do crítico de arte Gonzaga Duque, que estabelece uma diferença entre a caricatura e a arte acadêmica, remetendo a “parca qualidade” do humor visual a necessidade de atender a demanda.

Outro ponto a destacar no artigo de Lobato é a sua referência ao público leitor d'*O Malho*, que conforme suas indicações, abrangeria trabalhadores da Central do Brasil, chefes

³ *O Malho*, “Chronica”, 17/09/1903.

de linha, carroceiros, motoristas e porteiros. Em que pese a importância destas observações para o delineamento do público, optamos por acompanhar as relações entre público e revista pelo viés político.

Assim, temos de seguir a argumentação de Maria Tereza Chaves de Mello (2007) acerca da *República Consentida*, livro que acompanha a formação de uma cultura política favorável às idéias republicanas no âmbito do espaço público do Rio de Janeiro nas duas últimas décadas do século XIX. O livro de Maria Tereza nos faz pensar se a recepção das representações da política em circulação pel'*O Malho* não eram um tanto favorecidas pela existência de um ambiente no qual a democracia e a ciência eram valores cada vez mais presentes no dia-a-dia dos sujeitos históricos.

Esta tese desmonta aquela conhecida afirmação de José Murilo de Carvalho (1988) acerca da pouca predisposição dos populares aos ideais republicanos. Sendo assim, poderíamos ampliar as práticas de leitura das revistas ilustradas do início do século para além do entretenimento. Sem negar totalmente a inscrição d'*O Malho* entre os novos códigos sociais e culturais subjacentes à modernização da Capital Federal, aposto que a leitura daquela revista era também uma questão política para uma parcela de seu público.

Contudo, era bem diferente o posicionamento das revistas ilustradas em relação aos periódicos anarquistas e socialistas tipo *A Plebe* e *A Luta*. Isto em virtude tanto das aproximações entre a imprensa e o poder público como da feição do periodismo ilustrado e de suas intenções empresariais. Assim, é que os significados das charges se colocam bem mais no âmbito da tensão do que propriamente da capitulação diante do estado de coisas, oscilando entre o apoio implícito e a crítica.

Deste modo, os vários significados que as representações dos grupos populares receberam, têm ampla conexão com fatores tais como a cultura política dos agentes ligados à imprensa no sentido de legitimar determinada visão de mundo, as práticas de recepção dos leitores e o contexto conflituoso da Primeira República. Portanto, longe, muito longe dos bestializados.

Referências Bibliográficas:

- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- , *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis - Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1962. v.3
- LOBATO, Monteiro. *A caricatura no Brasil*. In: LOBATO, Monteiro. *As idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1964. pp 20-21.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.
- QUEIROZ, Suely Dobles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SILVA, Marcos A. *A caricatura República: Zé Povo e O Brasil*. São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990.
- SODRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999
- TEIXEIRA, Luís Guilherme Sodré. *O traço como texto: História da Charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*. Rui Barbosa. Papéis Avulsos, nº38. FCRB, 2001. p. 26.
-